



CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A  
CNPJ: 08.602.745/0001-32

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### Senhores Acionistas, Clientes, Corretores, Colaboradores e Parceiros.

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A relativas ao exercício social de 2023, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatórios dos Auditores Independentes.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

#### 1. Mensagem da Administração

A Capemisa Seguradora é uma Sociedade Anônima fechada especialista em vida, originada de uma história de 63 anos de dedicação ao mercado de seguros de vida e previdência complementar aberta.

Em 2023, a Seguradora manteve a estratégia de criar soluções de negócios sob medida para os seus parceiros, clientes, corretores, colaboradores e que gerassem valor para a Sociedade em geral.

Devido a isso a Capemisa Seguradora apresentou lucro líquido de R\$ 89,64 milhões e retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) de 18,84%.

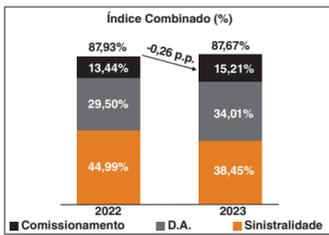
#### 2. Ações Sociais – Lar Fabiano de Cristo

A história de criação da Capemisa é um caso raro no mundo corporativo, de uma empresa que surgiu com o propósito de gerar recursos para o Instituto Capemisa de Ação Social e, assim, garantir o apoio a diversas obras sociais; dentre elas, o Lar Fabiano de Cristo. O projeto foi iniciado em 1958, é reconhecido internacionalmente pela UNESCO, e tem como missão desenvolver a proteção social e a educação transformadora, contribuindo para a construção de um mundo melhor e menos desigual.

#### 3. Desempenho

##### Índices

No ano de 2023, o Índice Combinado (IC) - relação entre as despesas operacionais e as receitas oriundas dos prêmios ganhos - teve uma variação de - 0,26 p.p. em relação ao exercício anterior. Justificado principalmente pela redução da sinistralidade e o aumento dos prêmios ganhos. O Índice Combinado Ampliado (ICA) teve redução de 2,48 p.p. pelo mesmo motivo do IC e pelo aumento do resultado financeiro.



#### Prêmios Ganhos

Em 2023, o prêmio ganho foi de R\$ 467,64 milhões e de R\$ 450,33 milhões em 2022, representando uma variação positiva de 3,84%, conforme demonstrado no quadro abaixo:



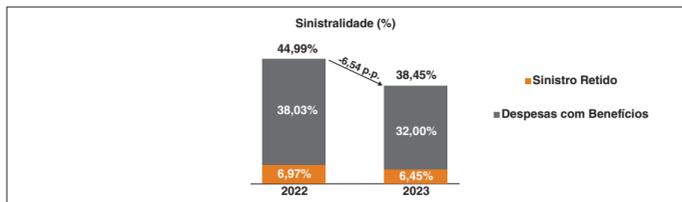
Em 2023 a Capemisa aproveitou os movimentos de mercado e conseguiu aumentar sua receita na maioria dos seus produtos de seguros. Com destaques para o BPC: +130,35%, Eventos: +47,51%, Passageiro Top: +38,64% e PME +20,28%.

A Capemisa se mantém próxima aos corretores realizando treinamento e capacitação, bem como desenvolvendo produtos sob medida para seus parceiros comerciais, como parte de sua estratégia de negócios.

Nesse contexto, o trabalho de longo prazo que vem sendo realizado pela Seguradora de combinar produtos e serviços distribuídos por corretores e parceiros cada vez mais capacitados, e presentes em todo o território nacional.

#### Sinistralidade

O índice de sinistralidade, em razão da redução dos sinistros retidos e das despesas com benefícios, teve uma redução de 6,54 p.p. em relação ao mesmo período do ano passado.



#### Resultado Financeiro

A Seguradora manteve sua estratégia de ALM, iniciada em 2016, com alocação predominante em títulos públicos federais (NTN-B) – ativo esse alinhado com seus compromissos atuariais, o que tende a neutralizar o impacto da flutuação das taxas de juros reais no resultado, uma vez que os ativos se encontram comprados para o longo prazo alinhados com os prazos e indexadores do passivo.

Em 2023, tivemos variação positiva entre os índices de inflação, um descasamento entre eles. O IPCA que faz a correção da maior parte de ativos foi de 4,62% frente 3,41% do IPC-M que faz a correção da maior parte dos passivos técnicos. Outro ponto que contribuiu foi a evolução da carteira de Assistência Financeira. Devido a esses motivos o resultado financeiro foi superior ao exercício anterior em 20,13%.

A Seguradora continua aumentando o investimento dos seus ativos livres na modalidade de Assistência Financeira que consiste na concessão de crédito ao cliente titular de um plano de previdência com as melhores condições de taxas de juros do que as ofertadas pelas tradicionais operações de crédito do mercado.

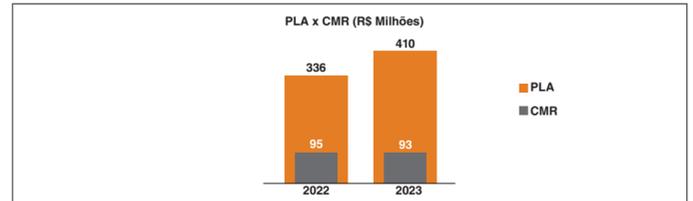


A Capemisa seguiu com a sua estratégia de ALM (Asset Liability Management) em 2023 e buscando aumentar a rentabilidade de seus ativos, a Assistência Financeira teve uma participação maior na sua estratégia de investimentos.



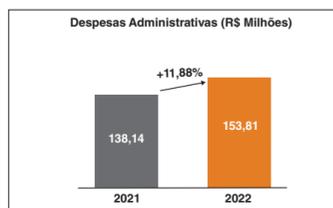
#### Solvência

A Capemisa Seguradora permanece sólida apresentando Patrimônio Líquido Ajustado superior a quatro vezes o capital mínimo exigido pela SUSEP.



#### Despesas Administrativas e Tributos

A despesa administrativa nesse ano, apresentou uma elevação de 11,88%. Justificada pelo aumento do PIS e da COFINS em 7,09% em virtude do incremento do resultado operacional no período. Parte desse aumento é motivado pelos investimentos em tecnologia e projetos internos buscando sempre colocar o cliente em primeiro lugar.



#### Lucro Líquido

O ano de 2023 foi marcado pela redução da sinistralidade com consequente evolução nosso resultado operacional, que foi superior ao mesmo período do ano passado. Além disso, o resultado financeiro teve evolução de 20,13%.

A Seguradora manteve a estratégia de crescimento contínuo que resultou em um lucro líquido de R\$ 89,64 milhões, crescimento de 17,03% em comparação ao ano anterior. Já na rentabilidade ao acionista, ROAE, foi de 18,84%.



#### 4. Governança Corporativa

O Grupo Capemisa vem desenvolvendo o seu modelo de gestão com ações concretas de implementação dos princípios e das melhores práticas de Governança Corporativa. A revisão das diretrizes corporativas e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, dos controles internos e das ações de prevenção e combate à fraude e lavagem de dinheiro, têm permitido um salto em qualidade na manutenção e no refinamento do seu modelo de negócios, considerando sempre os padrões mais elevados de integridade, ética profissional e social. A segurança da informação é uma preocupação constante para o Grupo.

#### 5. Reformulação, Reorganização Societária e/ou Alteração no Controle Acionário

A Administração ressalta que não ocorreram reformulações, reorganizações societárias e/ou alterações no controle acionário da Seguradora.

#### 6. Declaração sobre a Capacidade Financeira

A Administração, em conformidade com as exigências legais, constitui provisões de acordo com as melhores práticas de gestão, tendo seus riscos administrados e mitigados de acordo com as normas do CNSP e da SUSEP, o que ratifica a solvência da Seguradora para a cobertura das suas responsabilidades.

Conforme, demonstrado no item "Solvência", a Capemisa Seguradora se mantém como empresa sólida e capaz de honrar a totalidade dos seus compromissos até os seus respectivos vencimentos. Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações. A Seguradora declara que os títulos classificados na categoria "até o vencimento" serão mantidos.

#### 7. Política de distribuição de Dividendos, Juros sobre o Capital Próprio e Reinvestimento dos Lucros

A política de distribuição de lucros prevê de acordo com o estatuto social o dividendo mínimo aos acionistas de 30% do lucro líquido apurado, no valor de R\$ 25,55 milhões. Durante 2023 foram disponibilizados aos acionistas o montante bruto de R\$ 29,50 milhões, a título de juros sobre o capital próprio, o qual, após a dedução de R\$ 4,42 milhões de imposto de renda retido na fonte, representa o montante líquido de R\$ 25,07 milhões.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	2023	2022		Notas	2023	2022
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>346.349</b>	<b>304.066</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>199.157</b>	<b>231.810</b>
Disponível		3.118	1.067	Contas a pagar		54.374	69.059
Caixa e bancos		3.118	1.067	Obrigações a pagar	14	39.596	50.674
Aplicações	4	253.701	213.017	Impostos e encargos sociais a recolher	15	3.554	3.412
Créditos das operações com seguros e resseguros		7.995	9.081	Encargos trabalhistas	16	7.379	6.821
Prêmios a receber	5	7.971	9.081	Impostos e contribuições	17	3.559	7.866
Operações com resseguradoras		24	-	Outras contas a pagar		286	286
Créditos das operações com previdência complementar		1.011	1.025	<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>	<b>18</b>	<b>4.621</b>	<b>4.634</b>
Valores a receber	6	1.011	1.025	Operações com resseguradoras		607	457
Outros créditos operacionais		167	524	Corretores de seguros e resseguros		2.875	1.869
Ativos de resseguro e retrocessão		668	423	Outros débitos operacionais		1.139	2.308
Títulos e créditos a receber	7	73.780	73.984	<b>Débitos de operações com previdência complementar</b>	<b>18</b>	<b>88</b>	<b>109</b>
Títulos e créditos a receber	7.1	28.805	33.631	Débitos de resseguros		88	109
Créditos tributários e previdenciários	7.2	2.535	766	<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>19</b>	<b>22.992</b>	<b>26.429</b>
Assistência financeira a participantes	7.3	41.807	38.450	Provisões técnicas - seguros	20.1	47.487	46.675
Outros créditos	7.4	633	1.137	Pessoas		47.482	46.672
Empréstimos e depósitos compulsórios		51	102	Vida individual		5	-
Despesas antecipadas		2.882	3.593	Vida com cobertura por sobrevivência		-	3
Custos de aquisição diferidos	8	2.976	1.250	<b>Provisões técnicas - previdência complementar</b>	<b>20.2</b>	<b>66.431</b>	<b>78.939</b>
Seguros		2.976	1.250	Planos bloqueados		23.652	35.841
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.241.513</b>	<b>1.248.114</b>	Planos não bloqueados		42.779	43.072
Realizável a longo prazo		1.159.750	1.177.512	PGBL		-	26
Aplicações	4	800.219	825.660	<b>Outros débitos</b>	<b>21</b>	<b>3.164</b>	<b>5.965</b>
Títulos e créditos a receber		357.651	350.935	Provisões judiciais	21.1	2.494	5.268
Créditos tributários e previdenciários	7.2	51.852	58.712	Passivo de arrendamento	10.2	670	697
Depósitos judiciais e fiscais	9	154.068	147.905	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>883.274</b>	<b>874.607</b>
Assistência financeira a participantes	7.3	151.731	144.318	Contas a pagar		1.091	1.293
Outros valores e bens		904	843	Tributos diferidos		1.091	1.293
Ativos de direito de uso	10.1	904	843	<b>Provisões técnicas - previdência complementar</b>	<b>20.2</b>	<b>728.138</b>	<b>728.649</b>
Empréstimos e depósitos compulsórios		19	19	Planos bloqueados		675.405	679.913
Despesas antecipadas		957	55	Planos não bloqueados		52.733	48.736
Investimentos	11	75.910	65.045	<b>Outros débitos</b>		<b>153.850</b>	<b>144.535</b>
Participações societárias	11.1	75.693	64.810	Provisões judiciais	21.1	153.850	144.535
Imóveis destinados a renda		217	235	<b>Débitos diversos</b>		<b>195</b>	<b>130</b>
Imobilizado	12	2.604	1.921	Passivo de Arrendamento	10.2	195	130
Imóveis de uso próprio		711	727	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>23</b>	<b>505.431</b>	<b>445.763</b>
Bens móveis		1.127	1.170	Capital social	23.1	270.797	270.797
Outras imobilizações		766	24	Reservas de lucros	23.2	234.639	174.968
Intangível	13	3.249	3.636	Ajuste de avaliação patrimonial		(5)	(2)
Outros intangíveis		3.249	3.636	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1.587.862</b>	<b>1.552.180</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.587.862</b>	<b>1.552.180</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



continuação



CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
CNPJ: 08.602.745/0001-32

Table with columns for Sem Vencimento, Até 1 ano, Acima de 5 anos, A Vencer, De 1 a 5 anos, Acima de 5 anos, Total. Rows include Caixa e Bancos, Aplicações, Créditos das Operações, etc.

Gestão dos riscos operacionais: Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal. A gestão dos riscos operacionais está integrada ao processo de gerir riscos corporativos da Seguradora...

Table for 2023 with columns: Variável, Premissa de Sensibilidade, Valor, Resultado (LAIR), Patrimônio Líquido. Rows include Sinistralidade, Conversão, Cancelamento, etc.

Table for 2022 with columns: Variável, Premissa de Sensibilidade, Valor, Resultado (LAIR), Patrimônio Líquido. Rows include Sinistralidade, Conversão, Cancelamento, etc.

3. Políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis utilizadas são as seguintes: 3.1. Instrumentos financeiros: A Administração da Seguradora efetua a seguinte classificação dos seus ativos financeiros: I. Valor justo por meio do resultado...

patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por impairment de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda, aumentar e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por impairment, ter sido reconhecido no resultado, a perda por impairment é revertida por meio de demonstração do resultado. 3.2.6. Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável...

Table with columns: Grupos, Ramos, Prêmios Sinis-Ganhos, Comissões, Prêmios Sinis-Ganhos, Comissões. Rows include 09 82 AP - Coletivo, 09 93 VG, 09 29 Auxílio Funeral, etc.

O quadro abaixo exibe a concentração do risco, por região, no ramo de Seguro e Previdência Complementar:

Table for Em 2023: Prêmios emitidos - Seguros. Columns: Ramos, Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul, Total. Rows include AP - Coletivo, VG, Auxílio Funeral, etc.

Table for Em 2022: Prêmios emitidos - Seguros. Columns: Ramos, Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul, Total. Rows include AP - Coletivo, VG, Auxílio Funeral, etc.

Contribuições para cobertura de riscos - Previdência Complementar

Table with columns: Bloqueados, Não bloqueados, Capitalização, Repartição Simples, Total. Rows include Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul, Total.

Contribuições para cobertura de riscos - Previdência Complementar

Table with columns: Bloqueados, Não bloqueados, Capitalização, Repartição Simples, Total. Rows include Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul, Total.

Nos contratos de seguro, o principal risco da Seguradora é o de que sinistros e pagamentos de benefícios à sua época não correspondam às expectativas da Seguradora. Em linhas gerais os sinistros giram em torno de uma média, e a existência de valores muito acima desta média pode comprometer a gestão do resultado operacional, principalmente em eventos de catástrofe...

Table with columns: Nome do Ressegurador, Tipo de Atuação, Classificação de Risco, Agência Classificadora. Rows include SWISS RE BRASIL RESSEGUROS S.A., HANNOVER RÜCK SE, etc.

Análise de sensibilidade: Com o objetivo de monitorar os impactos dos principais fatores de risco de subscrição sobre o Resultado e Patrimônio Líquido, a Seguradora efetua uma análise de sensibilidade de cada um desses fatores, observando o efeito de sua variação positiva ou negativa, isoladamente, na projeção do passivo, tomando por base o determinado pela Circular Susep nº 648/2021 e suas alterações, em seu art. 126, inciso XI, alínea e. Quanto a variação da Taxa de Juros e Inflação, destacamos que não são esperados impactos relevantes no Resultado ou Patrimônio Líquido da Seguradora...

continuação



CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A CNPJ: 08.602.745/0001-32

incorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência/aviso. Tal desenvolvimento é feito por montante envolvido de sinistros, observando o período dos últimos 36 meses. 3.11.6. Provisão de prêmios não ganhos (PPNG): A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela do prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculado pelo método pro rata die, para cobrir o valor a pagar relativo a sinistros e despesas do referido período. Contempla os riscos assumidos na data-base do cálculo, já considerando uma estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), com base no histórico de atraso na emissão de prêmios. 3.11.7. Provisão complementar de cobertura (PCC): A PCC é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas por meio do valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), detalhado no item 3.11.12, de acordo com as determinações

especificadas na regulamentação em vigor. Atualmente é regida pelo disposto na Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações. 3.11.8. Provisão de despesas relacionadas (PDR): A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros. 3.11.9. Provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR): A PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora. 3.11.10. Salvados e ressarcidos: A Seguradora não opera em ramos que geram salvados e ressarcidos. 3.11.11. Tábua, taxas de carregamento e taxas de juros dos principais produtos comercializados:

As aplicações financeiras estão compostas conforme segue, em função dos vencimentos.

Table with columns: Plano, Processo SUSEP, Regime Financeiro, Tábua Biométrica, Taxa de Juros, Carregamento Máximo, Indexador. Rows include Pecúlio Individual por Morte, APC - Cia Capital Global, Seguro de Pessoas Flexível, etc.

Table showing financial data for Em 2023: Sem vencimento, Até 1 ano, De 1 a 5 anos, Acima de 5 anos, Total. Rows include NTN-B, Fundos de Investimentos, Letras Financeiras do Tesouro, Debêntures, CDB, CRI.

Table with columns: Plano / Produto Coletivo, Processo SUSEP, Regime Financeiro, Tábua Biométrica, Taxa de Juros, Indexador. Rows include APC - Cia Proteção Corporativa, Seguro de Pessoas Flexível, Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente, etc.

Table showing financial data for Em 2022: Sem vencimento, Até 1 ano, De 1 a 5 anos, Acima de 5 anos, Total. Rows include NTN-B, Fundos de Investimentos, Letras Financeiras do Tesouro, Debêntures, CDB, CRI.

Table with columns: Valor justo por meio do resultado, Disponível para venda, Mantido até o vencimento, Total. Rows include Saldos em 2021, Saldos em 2022, Saldos em 2023.

3.11.12. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT): A Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, define regras e procedimentos para realização do teste de adequação de passivo (TAP), a serem observados pelas sociedades seguradoras. As estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguimento. As premissas relacionadas a despesas, resgates, persistência, portabilidade e opção de conversão em renda foram baseadas na experiência observada pela seguradora ou de mercado, limitada ao período máximo de 5 (cinco) anos. Para estimativa de mortalidade foi utilizada a tábua BR-EMS e o fluxo de caixa foi descontado a valor presente pela taxa de juros livre de risco desenvolvida com base na estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP. O teste de adequação dos passivos, realizado em 2023, indicou a necessidade de uma constituição da provisão complementar de cobertura (PCC) no valor de R\$ 14.664 (em 2022 necessidade de reversão no valor de R\$ 18.604).

Table with columns: Passivo (TAP), 2023 e 2022. Rows include taxa de juros contratada para ativos e passivos, taxa de juros esperada para os ativos, tábua biométrica, d) sinistralidade, e) resseguimento.

3.12. Depósitos de terceiros: Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a depósitos bancários referentes a recebimentos de prêmios, contribuições e assistências financeiras que ainda se encontram em processo de reclassificação. 3.13. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais: Ativos contingentes: reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são divulgados pela Gerência Jurídica da Seguradora; Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com estimativas fundamentadas. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são divulgados pela Gerência Jurídica da Seguradora, com objetivo de ser observado o critério de provisão estabelecido pela Seguradora; Obrigações legais - fiscais: decorrem de processos judiciais que tenham por objeto o questionamento do cumprimento de obrigações tributárias, sempre correlacionados à sua exigibilidade. A avaliação da probabilidade de êxito é efetuada pela Gerência Jurídica e divulgada para as áreas competentes da Seguradora. 3.14. Provisões para ações judiciais: Correspondem às provisões para as ações de natureza cível, não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros; às ações de natureza trabalhista; e às ações de natureza tributária. São calculadas e efetuadas com base na classificação da probabilidade de perda dos processos. Neste sentido, a classificação do risco de perda das demandas judiciais da Seguradora é realizada com base na avaliação dos seus assessores jurídicos, levando em conta a natureza das demandas, o pedido do autor, os subsídios técnicos (operacionais, atuariais, etc), as provas, o posicionamento atual de cada tribunal em que tramitam, suas complexidades, a similaridade com processos anteriores, bem como o posicionamento atual dos tribunais superiores sobre o tema, podendo ser revisto de acordo com a fase processual, decisões de cada Tribunal e alterações de Jurisprudências. 3.15. Passivo de arrendamento: O passivo de arrendamento representado pelas obrigações totais a pagar dos contratos de arrendamento, descontadas a valor presente pela taxa de desconto incremental, são reconhecidas na rubrica "Débitos diversos" no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de liquidação das obrigações. O arrendatário deve apresentar despesas de juros sobre o passivo de arrendamento separadamente desde o início do contrato e contabilizadas na despesa financeira de passivo de arrendamento. 3.16. Classificação no circulante e não circulante: A Seguradora procede, no mínimo a cada data de balanço, a revisão dos valores inscritos no Ativo e no Passivo Circulante, com o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. 3.16.1. Ativos e passivos sem vencimento: A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Os ativos mantidos com o propósito de negociação são considerados no ativo circulante. 3.17. Classificação dos contratos de seguro: Contratos de seguros são os contratos em que a Seguradora aceitou risco de seguro significativo de outra parte (o detentor da apólice), concordando em pagar indenização de seguro aos detentores da apólice no caso de ocorrência de um evento futuro incerto especificado (o evento segurado), com efeito adverso sobre o detentor da apólice. De forma geral, a Seguradora determina se apresenta risco de seguro significativo, por meio da comparação dos benefícios pagos com os benefícios a pagar se o evento segurado não tivesse ocorrido. Os contratos de seguro podem também transferir risco financeiro. Quando um contrato for classificado como um contrato de seguro, ele deve continuar classificado como um contrato de seguro durante o período remanescente da sua vigência, mesmo que haja redução significativa no risco de seguro durante este período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirem. Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são registrados quando da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos respectivos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. A Administração analisou suas operações e concluiu que suas operações se caracterizam como "contrato de seguro" de acordo com o CPC 11. 3.17.1. Mensuração dos contratos de seguro: As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão do prêmio/contribuição ou a vigência do risco, o que ocorrer primeiro. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são formalizados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs, conforme descrito na nota explicativa nº 3.11. 3.18. Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência e considera: • Para os produtos de risco o fato gerador da receita é a emissão do prêmio/contribuição ou a vigência do risco, o que ocorrer primeiro; e • Para os produtos de acumulação financeira, o fato gerador da receita é o recebimento das contribuições. 3.19. Novas normas e interpretações contábeis: • CPC 48 (IFRS 9) - pronunciamiento estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de hedge e divulgação. A SUSEP, reconheceu a adoção do pronunciamiento na Circular nº 678/2022, e o CPC 48 está em vigência para o período anual iniciado em 1º de janeiro de 2024. A Administração está avaliando o eventual impacto das mudanças trazidas pelo CPC 48 quanto à classificação e mensuração de ativos financeiros, e mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros no Patrimônio Líquido da Seguradora. De acordo com as análises prévias realizadas pela Administração, as seguintes considerações foram identificadas: a - Classificação e mensuração: A Seguradora não identificou impactos significativos até o momento no seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido ao aplicar as exigências de classificação e mensuração previstas no CPC 48. A Seguradora avalia classificar as NTN-B e todos os papéis privados, com vencimento superior a 2024, de Custo amortizado para Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes. A classificação dos demais papéis que se encontram mensurados como Custo Amortizado será mantida, pois segue a estratégia de ser mantido para recebimento de fluxos contratuais. Assistência financeira, bem como o contas a receber será mantido para recolher os fluxos de caixa contratuais e dar origem a fluxos de caixa que representem exclusivamente pagamentos de principal e juros. Assim, a Seguradora espera que esses continuem a ser mensurados pelo

custo amortizado segundo o CPC 48. No entanto, a Seguradora analisará as características dos fluxos de caixa contratuais desses instrumentos em mais detalhes antes de concluir se todos esses instrumentos atendem os critérios para mensuração pelo custo amortizado segundo o CPC 48. b - Redução ao valor recuperável ("Impairment"): A metodologia de apuração de redução ao valor recuperável para prêmios a receber, assistência financeira e valores a receber de órgãos consignantes é realizada considerando a base no histórico de perdas para todas as faixas do "aging list" ou seja, perdas esperadas. A Administração entende que o modelo atual está aderente aos requerimentos do CPC 48 e acredita que não haverá impactos significativos no próximo exercício, para os demais recebíveis, após a implementação da nova norma. c - Contabilidade de hedge: A Seguradora não realiza operações de hedge. • CPC 50 (IFRS 17) - "Contrato de Seguros" - A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. De acordo com essa norma, uma entidade retrata a receita pela transferência da cobertura e de outros serviços prometidos a um valor que reflita a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca de serviços. Isto significa que a entidade exclui da receita de seguro quaisquer componentes de investimento e reconhece a receita de seguro em cada período conforme satisfaz as obrigações de desempenho previstas nos contratos de seguros. O normativo será aplicado quando referendado pela SUSEP. 3.20. Aplicações dos normativos SUSEP: • Circular SUSEP nº 678/2022 - Passa a vigorar a partir de 2 de janeiro de 2023 para o artigo 2º, os demais artigos entrarão em vigor em 2 de janeiro de 2024, sendo as principais alterações para o exercício de 2024: a - Adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros (art. 136); b - Regulamentação específica da redução ao valor recuperável de prêmios a receber e resseguros (art. 137); c - Eliminação da compensação da mais valia na apuração do teste de adequação de passivos. A alteração normativa teve como objetivo aumentar o grau de representação fidedigna, principalmente do passivo das supervisionadas, fazendo com que as provisões técnicas passem apresentar, de fato, a melhor estimativa de saída de recursos. Outra alteração relevante promovida foi a possibilidade de compensação por grupo de contrato dentro das segregações de fluxos estabelecidas para a apuração do resultado do TAP (art. 37). d - Alteração em nomenclaturas e conceitos relativos a provisões técnicas (art. 6º, 7º e 8º) • Circular SUSEP nº 666/2022 - norma pretende a apuração e mitigação dos riscos ambientais, climáticos e sociais. Traz a previsão pela elaboração de estudo de materialidade dos riscos de sustentabilidade a que possam ser expostas, resultante de probabilidade e impacto estimados. A norma entrou em vigor a partir de 1º de agosto de 2022, e os prazos para adequação da Política de Sustentabilidade iniciaram em 31 de dezembro de 2022 para as supervisionadas enquadradas no segmento S1, 28 de fevereiro de 2023 para as enquadradas no segmento S2 e em 30 de abril de 2023 para as enquadradas nos segmentos S3 e S4. Os prazos para adequação da elaboração do estudo de materialidade iniciaram em 31 de dezembro de 2023 para as supervisionadas enquadradas no segmento S1, 28 de fevereiro de 2024 para as enquadradas no segmento S2 e se encerram em 30 de abril de 2024 para as enquadradas nos segmentos S3 e S4. As datas dispostas corresponderão à divulgação do primeiro relatório de sustentabilidade para os referidos segmentos, relativos à data-base de 31 de dezembro do ano anterior. O Relatório de Sustentabilidade, a supervisão deverá elaborar e divulgar até o dia 30 de abril de cada exercício. A adequação se iniciará em 30 de junho de 2024 para as supervisionadas enquadradas no segmento S1 e em 30 de junho de 2025 para as supervisionadas enquadradas nos segmentos S2, S3 e S4. O processo de adequação da Companhia foi iniciado em 2022, sob a condução da Diretoria de Governança Corporativa. A Política de Sustentabilidade da Companhia foi aprovada em 2023 e no momento está sendo desenvolvido o estudo de materialidade, além do acompanhamento das demais exigências regulatórias que serão cumpridas dentro dos prazos estipulados

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Saldo Inicial, Prêmios emitidos, Prêmios cancelados, Recebimentos, Saldo final, IOF sobre prêmios emitidos, Saldo Final, Redução ao valor recuperável (\*).

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Vencidos De 1 a 30 dias, De 31 a 60 dias, De 61 a 90 dias, A vencer De 1 a 30 dias.

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Saldo inicial, Emissão, Recebimentos, Cancelamento, Restituição, Saldo final.

Table with columns: 2023, 2022. Rows include A Vencer De 1 a 30 dias, Vencidos De 31 a 60 dias.

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Circulante: Créditos a receber de órgão consignante, Créditos a receber por venda de imóveis (\*), Dividendos e JCP a receber (\*\*), Direitos resultantes da venda de imóveis, Aluguéis a receber, Outros créditos a receber, Redução ao valor recuperável (\*\*\*)

(\*) Em junho de 2022, a Seguradora, através da escritura da Promessa de compra e venda realizou a venda do imóvel localizado em Brasília (DF) no montante de R\$ 4.500, sendo o recebimento de uma entrada de R\$ 600 e o restante em 66 parcelas mensais de R\$ 15 e 6 parcelas anuais de R\$ 485. (\*\*) Juros sobre capital próprio. (\*\*\*) Os critérios de constituição da redução ao valor recuperável dos créditos a receber de órgãos consignantes estão definidos na nota explicativa nº 3.2.4.

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Não Circulante: Imposto de renda diferido - ajustes temporais, Contribuição social diferido - ajustes temporais, Imposto de Renda - prejuízos fiscais, Contribuição social - prejuízos fiscais, Total do não circulante

(\*) Refere-se ao trânsito em julgado do mandado de segurança nº 0027129-78.2018.4.02.5101, reconhecendo o direito da Seguradora de não recolher os valores referentes às contribuições previdenciárias incidentes sobre: auxílio-doença sobre os 15 primeiros dias de afastamento por motivo de doença, auxílio maternidade e aviso prévio indenizado e seus respectivos proporcionais de férias, bem como o direito à compensação do indébito nos últimos cinco anos. 7.2.1. Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social - ajustes temporais: Os créditos tributários decorrentes de ajustes temporais são originados exclusivamente de adições/exclusões temporárias.

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Imposto de renda / Contribuição social, Provisões judiciais tributárias - CÔFINS, Provisões civis previdência, PLR funcionários provisões mensal (\*), Gratificações (\*\*), Provisões trabalhistas, Venda imóvel, Outras despesas temporárias, Redução ao valor recuperável, Total ativo diferido

Desreconhecimento do crédito tributário e função do estudo de lucratividade (CPC 32) Total das diferenças temporárias Aliquota aplicada IRPJ - 25%, Aliquota aplicada CSLL - 15% (\*) Não aplicável para CSLL (\*\*) Não aplicável para IR 7.2.2. Projeção para realização dos créditos tributários: A constituição de créditos tributários de ajustes temporais e de prejuízo fiscal está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração as projeções que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos créditos tributários em até 10 anos. A projeção de prazo para a realização dos créditos tributários está apresentada, conforme quadro a seguir, por ano de realização:

Complex table with columns: Período, Créditos Tributários, IR Diferido, %, Créditos Tributários, CSLL Diferida, %. Rows include Projeto - 2023 and Projeto - 2022.

(\*) O saldo na curva é de R\$ 23.612 em 2023 (R\$ 31.053 em 2022). (\*\*) Os referidos investimentos estão avaliados na "curva".

continuação



CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A  
CNPJ: 08.602.745/0001-32

Os saldos de prejuízo fiscal e base negativa foram totalmente consumidos no exercício de 2023.

**7.3. Assistência financeira a participantes:** A composição das assistências financeiras concedidas a participantes está demonstrada a seguir:

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
<b>Circulante:</b>				
Garantia de averbação	78.438	73.605		
Receitas a apropriar	(29.903)	(28.023)		
Redução ao valor recuperável (*)	(6.728)	(7.132)		
<b>41.807</b>	<b>38.450</b>			
<b>Não circulante:</b>				
Garantia de averbação	211.347	202.718		
Receitas a apropriar	(54.818)	(53.053)		
Redução ao valor recuperável (*)	(4.798)	(5.347)		
<b>151.731</b>	<b>144.318</b>			

(\*) Constituída conforme os critérios definidos na nota explicativa nº 3.2.3.

**7.3.1. Assistências financeiras por vencimento**

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
<b>Vencidos:</b>				
De 1 a 60 dias	401	414		
De 61 a 180 dias	689	834		
De 181 a 360 dias	919	1.100		
Mais de 360 dias	3.582	3.509		
<b>A Vencer:</b>				
Até 360 dias	72.847	67.748		
Mais de 360 dias	211.347	202.718		
<b>289.785</b>	<b>276.323</b>			

**7.4. Outros créditos:** Os outros créditos são compostos da seguinte forma:

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Outros créditos - empreendimento imobiliário	11.110	11.110		
Adiantamentos a funcionários	461	531		
Adiantamentos administrativos	82	690		
Outros créditos	153	170		
Redução ao valor recuperável	(11.173)	(11.364)		
<b>633</b>	<b>1.137</b>			

**7.4.1. Outros créditos - empreendimento imobiliário:** Em 2005, a Cosil Construções e Incorporações Ltda. (Sócia Ostensiva) celebrou com a Capemi Caixa de Pécúlios Pensões e Montepios Beneficente (Sócia Participante) contrato de Sociedade em Conta de Participação, referente aos imóveis situados na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Alameda São Caetano nºs 285, 295, 301, 307, 315 e 325. A Capemi fez um aporte, na ocasião, de R\$ 5.304. Em 2008 foi celebrado o 1º aditivo ao contrato, passando a figurar como Sócia Participante a Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A. Em 2009 foi celebrado o 2º aditivo ao contrato, no qual alterou-se o empreendimento imobiliário objeto do contrato (imóvel localizado na Rua Jornalista Paulo Costa nº 555, com frente também para a Rua Francisco Rabelo Leite Neto, Atalaia, Aracaju/SE), bem como o valor do aporte da Sócia Participante de R\$ 7.741. Por força do 3º aditivo ao contrato, alterou-se novamente o empreendimento imobiliário objeto do contrato, passando a Seguradora a ser sócia participante de Sociedade em Conta de Participação referente ao empreendimento denominado "Cennário Atalaia". O 3º aditivo foi firmado em 2012, com aporte no valor de R\$ 7.741 e remuneração mínima de 8,5% ao ano mais a variação da TR ao mês até a data do efetivo pagamento pela sócia ostensiva. Em 2016, foi celebrado um aditivo contratual entre a Seguradora e a sócia ostensiva do empreendimento, que redefiniram cláusulas do contrato firmado anteriormente. Em 2017, a sócia ostensiva do empreendimento descumpriu o aditivo contratual ocasionando atraso no pagamento da parcela. Por esta razão, considerando que não é possível determinar se haverá geração futura de caixa para o referido empreendimento, a Administração reconheceu a redução ao valor recuperável na totalidade do ativo no montante de R\$ 10.922. No primeiro semestre de 2018, foi deferida a recuperação judicial da sócia ostensiva. A Administração da Seguradora contratou escritório de advocacia especializado, o qual está adotando as medidas judiciais cabíveis para a habilitação do crédito detido pela Seguradora no plano de recuperação apresentado pela sócia ostensiva, buscando reaver, ainda que parcialmente, o investimento realizado. Em 2021, em atenção à decisão proferida nos autos da recuperação judicial, que determinou a republicação da lista de credores, a Seguradora recebeu comunicação do administrador judicial, com o reconhecimento inequívoco de crédito em seu favor. Com base nesta decisão, em junho de 2021 realizamos a reclassificação contábil do Ativo não circulante - Outros investimentos para o Ativo circulante - Outros créditos. Após recurso de alguns credores, em 31 de janeiro de 2023, houve a republicação do quadro de credores consolidado, restando ratificado o reconhecimento do crédito da Seguradora. No dia 18/07/2023 foi realizada Assembleia Geral de Credores e o Plano de Recuperação apresentado pelo Grupo Cosil foi aprovado pela maioria dos credores de cada classe presentes na referida Assembleia, já homologado pelo Juízo e objeto de recurso por dois credores. O Plano de Recuperação aprovado prevê um deságio de 99% sobre o valor do crédito habilitado na Recuperação Judicial. Os credores "receberão com 30% da geração de caixa obtida na operação, a ser rateada com as demais classes e subclasses, após o pagamento da Classe 1 (Trabalhista), e será apurada anualmente até o mês de março do exercício subsequente, sendo que a liquidação total da operação não poderá ultrapassar o prazo de 10 anos da homologação do Plano de Recuperação Judicial. Os créditos serão reajustados pela variação da TR (Taxa de Referência) + 1% (um por cento) ao ano, a partir do pedido da Recuperação Judicial.

**8. Custos de aquisição diferidos:** Os custos de aquisição diferidos das operações de seguros, apresentaram a seguinte movimentação:

	2022		2023	
	2022	2023	2022	2023
Comissão	1.250	21.565	(19.839)	2.976
Agenciamento	—	3	(3)	—
<b>1.250</b>	<b>21.568</b>	<b>(19.842)</b>	<b>2.976</b>	
<b>Em 2022:</b>				
Comissão	769	11.892	(11.411)	1.250
<b>769</b>	<b>11.892</b>	<b>(11.411)</b>	<b>1.250</b>	

**9. Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais estão demonstrados conforme composição a seguir:

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Tributos	143.869	134.634		
Cíveis	5.582	7.622		
Benefícios	3.141	4.015		
Sinistros	1.181	1.207		
Trabalhistas	272	243		
Outros depósitos	23	184		
<b>154.068</b>	<b>147.905</b>			

Os depósitos judiciais possuem a seguinte movimentação:

	2022		2023	
	2022	2023	2022	2023
Tributos	134.634	—	143.869	—
Cíveis	7.622	3.395	5.582	7.622
Benefícios	4.015	298	3.141	4.015
Sinistros	1.207	604	1.181	1.207
Trabalhistas	243	96	272	243
Outros depósitos	184	—	23	184
<b>147.905</b>	<b>4.393</b>	<b>(7.867)</b>	<b>154.068</b>	<b>—</b>

Os depósitos judiciais de tributos correspondem principalmente a ação da COFINS, conforme detalhado na nota explicativa nº 21.1 (b) - provisões judiciais.

**10. Ativos e passivo de arrendamento**

**10.1. Ativos de direito de uso**

Descrição	2022		2023	
	2022	2023	2022	2023
Ativos de direito de uso	1.572	1.394	(1.354)	1.612
Depreciação de direito de uso	(729)	(1.449)	1.470	(708)
	<b>843</b>	<b>(55)</b>	<b>116</b>	<b>904</b>
<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas (*)</b>	<b>2022</b>
Ativos de direito de uso	1.906	1.420	(1.754)	1.572
Depreciação de direito de uso	(1.067)	(1.353)	1.691	(729)
	<b>839</b>	<b>67</b>	<b>(63)</b>	<b>843</b>

(\*) Baixas referentes aos contratos finalizados dentro do período e que não foram renovados e aos contratos rescindidos.

**10.2. Passivo de arrendamento**

Descrição	2022		2023	
	2022	2023	2022	2023
Passivos de arrendamento	875	1.411	(1.379)	907
Juros	(48)	(17)	23	(42)
	<b>827</b>	<b>1.394</b>	<b>(1.356)</b>	<b>865</b>
<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas (*)</b>	<b>2022</b>
Passivos de arrendamento	1.169	1.466	(1.760)	875
Juros	(29)	(46)	27	(48)
	<b>1.140</b>	<b>1.420</b>	<b>(1.733)</b>	<b>827</b>
<b>Taxa de juros nominal</b>	<b>Ano de vencimento</b>	<b>Valor de face</b>	<b>Valor contábil</b>	
Passivos de arrendamento	3,63% a.a.	2023-2027	907	865

**Taxa de juros nominal** 3,63% a.a. **Ano de vencimento** 2022-2027 **Valor de face** 875 **Valor contábil** 827

**11. Investimentos: 11.1. Participações societárias**

Investimentos	Quantidade de ações/quotas		% de participação	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento		Resultado Patrimonial	
	2023	2022					2023	2022		
Capemisa Capitalização S.A.	27610.000	99,5654%	36.759	76.023	15.228	75.693	64.810	15.162	14.497	
Seguradora Líder Seguro DPVAT	15.000.000	1,5136%	15.000	17.244	346	260	257	3	8	
Consultoria e Serviços Técnicos U9A Ltda	135.345.667	40,54%	135.346	123.909	—	—	51.224	—	—	
Redução ao valor recuperável						(260)	(51.481)	(3)	(8)	
<b>Total</b>	<b>157.655.667</b>					<b>75.693</b>	<b>64.810</b>	<b>15.162</b>	<b>14.497</b>	

**• Capemisa Capitalização S/A:** Constituída em 19 de abril de 2011. Possui capital social de R\$ 36.759 (R\$ 36.759 em 2022), dividido em 27.610.000 (27.610.000 em 2022) ações ordinárias, sem valor nominal. A Seguradora possui o controle acionário com 99,5654% das ações. A SUSEP através da Portaria nº 4.089, de 7 de julho de 2011, concedeu a Capemisa Capitalização S/A a autorização para operar com planos de capitalização em todo o território nacional. O aporte de capital, que ocorreu em 22 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 20.000, correspondente a 11.696.000 ações ordinárias, sem valor nominal. A SUSEP através da Portaria SUSEP/CGRAJ nº 80 de 29 de março de 2021, aprovou as deliberações tomadas pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020.

**• Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT:** A partir de janeiro de 2010 passamos a operar com o convênio DPVAT. Conforme carta PRESI nº 064/2018, a Seguradora passou a deter 227.036 ações da Seguradora Líder - DPVAT. Diante do anúncio da intenção de saída da maioria das seguradoras integrantes do Consórcio do Seguro DPVAT, em novembro de 2020, foi realizada uma Assembleia, e com a concordância de mais de 2/3 das consorciadas participantes, a Assembleia deliberou pela dissolução do Consórcio do Seguro DPVAT a partir de 1º de janeiro de 2021. A extinção do Consórcio do Seguro DPVAT significa que estarão vedadas quaisquer novas subscrições de riscos pela Seguradora Líder em nome das Consorciadas. Desta forma, pelo run-off da operação do Consórcio do Seguro DPVAT, não há a distribuição da margem de resultado para as empresas Consorciadas. Por esta razão, observa-se um possível impacto na geração dos fluxos de caixa futuros da Seguradora Líder, e por isso, a Capemisa optou por realizar a redução ao valor recuperável da totalidade do saldo do investimento.

**• Consultoria e Serviços Técnicos U9A Ltda.** Em 2023 a Seguradora retirou-se da sociedade, conforme Distrato Social firmado em 25 de julho de 2022 e registrado em 28 de junho de 2023 na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul. Com isso, foram realizadas as devidas baixas referentes ao investimento.

**13. Intangível**

Descrição	Taxa de amortização	Saldo em 2022		Adições	Baixas	Transfe-rência	Saldo em 2023
		2022	2023				
Despesa com desenvolvimento para sistema de computação	—	1.700	—	42	—	(1.701)	41
Sistema de computação em uso	20% a.a.	11.094	—	435	—	1.701	13.230
Software	20% a.a.	4.904	—	—	—	—	4.904
Direito de uso de exclusividade (*)	4% a.a.	3.000	—	(1.000)	—	—	2.000
		<b>20.698</b>	<b>477</b>	<b>(1.000)</b>			<b>20.175</b>
Amortização acumulada		(14.062)	—	(864)	—	—	(14.926)
Amortização acumulada direito de uso de exclusividade		(1.333)	—	1.000	—	—	(333)
<b>Amortização acumulada</b>		<b>(15.395)</b>	<b>(864)</b>	<b>1.000</b>			<b>(15.259)</b>
<b>Redução ao valor recuperável (**)</b>		<b>(1.667)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>			<b>(1.667)</b>
		<b>3.636</b>	<b>(387)</b>	<b>—</b>			<b>3.249</b>

Descrição	Taxa de amortização	Saldo em 2021		Adições	Baixas	Transfe-rência	Saldo em 2022
		2021	2022				
Despesa com desenvolvimento para sistema de computação	—	238	—	1.462	—	—	1.700
Sistema de computação em uso	20% a.a.	11.094	—	—	—	—	11.094
Software	20% a.a.	4.904	—	—	—	—	4.904
Direito de uso de exclusividade (*)	4% a.a.	3.000	—	—	—	—	3.000
		<b>19.236</b>	<b>1.462</b>				<b>20.698</b>
Amortização acumulada		(13.115)	—	(947)	—	—	(14.062)
Amortização acumulada direito de uso de exclusividade		(1.150)	—	(183)	—	—	(1.333)
<b>Amortização acumulada</b>		<b>(14.265)</b>	<b>(1.130)</b>				<b>(15.395)</b>
<b>Redução ao valor recuperável (**)</b>		<b>(1.673)</b>	<b>6</b>				<b>(1.667)</b>
		<b>3.298</b>	<b>338</b>				<b>3.636</b>

(\*) Refere-se ao direito de exclusividade para uso do balcão, conforme contratos de parceria assinados ao final de 2017 e no segundo semestre de 2018. A amortização se dá pelo método linear ao longo do prazo dos contratos, que são de 5 anos.

(\*\*) A redução ao valor recuperável é referente ao direito de exclusividade das parcerias realizadas que não geraram os fluxos de caixa esperados com base nos contratos.

**14. Obrigações a pagar:** O saldo está apresentado conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022
Juros sobre capital próprio	17.525	31.465
Participação nos lucros a pagar	8.960	7.627
Fornecedores	6.471	6.111
Gratificações por desempenho e encargos	5.488	4.669
Dividendos a pagar	476	—
Pagamentos a efetuar	109	240
Outras obrigações a pagar	567	562
<b>39.596</b>	<b>50.674</b>	

**15. Impostos e encargos sociais a recolher:** O saldo está apresentado conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022
Contribuições previdenciárias e FGTS	1.491	1.378
Imposto de renda retido	1.415	1.320
Imposto de renda de juros sobre capital próprio	321	315
Imposto sobre operações financeiras	107	174
Imposto sobre serviço retido	119	25
Outros impostos e encargos sociais	101	200
<b>3.554</b>	<b>3.412</b>	

**16. Encargos trabalhistas**

	2023	2022
Provisão de férias	5.538	5.109
Encargos sociais	1.841	1.712
<b>7.379</b>	<b>6.821</b>	

**17. Impostos e contribuições**

	2023	2022
Imposto de renda	1.455	2.064
COFINS	1.063	4.301
Contribuição social	869	1.290
PIS	172	211
<b>3.559</b>	<b>7.866</b>	

**18. Débito das operações com seguros e resseguros e com previdência complementar:** Refere-se à provisão de comissões sobre prêmios emitidos, comissões a pagar aos corretores, bem como estipulantes de seguros, agentes e correspondentes e valores correspondentes a repasses à resseguradora.

**20.2. Movimentação das provisões técnicas – previdência complementar**

Movimentação das provisões técnicas	PMBaC		PMB		PPNG	PDR	IBNR	PSL	PVR	PCC	Total
	2022	2023	2022	2023							
<b>Saldos em 2021</b>	<b>402.021</b>	<b>220.224</b>									

continuação

CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A  
CNPJ: 08.602.745/0001-32(R\$ 9.642 em 2022). (b) **Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas:** Abaixo apresentamos a movimentação das provisões fiscais, cíveis e trabalhistas:

	Novas provisões/		Rever-	Juros/	2023	
	2022	incremento				sões
Fiscais	110.210	-	(5)	7.310	117.515	
Cíveis	27.976	9.060	(7.743)	(3.254)	3.064	29.103
Trabalhistas	1.157	1.908	(155)	(289)	228	2.849
<b>Total</b>	<b>139.343</b>	<b>10.968</b>	<b>(7.898)</b>	<b>(3.548)</b>	<b>10.602</b>	<b>149.467</b>

	Novas provisões/		Rever-	Juros/	2022	
	2021	incremento				sões
Fiscais	103.575	-	-	-	6.635	110.210
Cíveis	31.237	8.368	(12.643)	(2.589)	3.603	27.976
Trabalhistas	3.352	187	(519)	(2.279)	416	1.157
<b>Total</b>	<b>138.164</b>	<b>8.555</b>	<b>(13.162)</b>	<b>(4.868)</b>	<b>10.654</b>	<b>139.343</b>

Segundo os advogados da Seguradora, as contingências passivas existentes estão compostas da seguinte forma: As naturezas dos processos assim estão resumidas:

**Fiscais**

	2023			2022		
	Quanti-	Estima-	Conta-	Quanti-	Estima-	Conta-
<b>Possibilidade de perda</b>	<b>dade</b>	<b>do</b>	<b>bilizado</b>	<b>dade</b>	<b>do</b>	<b>bilizado</b>
Provável	5	117.515	117.515	5	110.210	110.210
Possível	5	718	-	4	852	-
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>118.233</b>	<b>117.515</b>	<b>9</b>	<b>111.062</b>	<b>110.210</b>

O saldo é composto principalmente pela ação relacionada à Ação Declaratória c/c Repetição de Indébito objetivando o reconhecimento do direito da Seguradora de não recolher a COFINS incidente sobre (i) a sua receita operacional; e sobre (ii) os ganhos financeiros decorrentes das aplicações financeiras da sociedade. Em setembro de 2019, a 1ª Instância da Justiça Federal julgou improcedente os pedidos formulados pela Seguradora, e a condenou ao pagamento de honorários de sucumbência de 10% sobre o atualizado da causa. Em face dessa sentença, a Seguradora interpôs recurso de Apelação, que aguarda julgamento pelo TRF da 2ª Região. Segundo a avaliação dos advogados responsáveis pela causa, as chances de perda do caso são prováveis. Por se tratar de obrigação legal, a Seguradora, desde o início do processo, depositou em juízo os valores controvertidos e os provisionou em sua contabilidade. Os saldos dos depósitos judiciais relacionados aos processos fiscais estão demonstrados na nota explicativa nº 09.

**Cíveis**

	2023			2022		
	Quanti-	Estima-	Conta-	Quanti-	Estima-	Conta-
<b>Possibilidade de perda</b>	<b>dade</b>	<b>do</b>	<b>bilizado</b>	<b>dade</b>	<b>do</b>	<b>bilizado</b>
Provável	538	29.103	29.103	1.194	27.976	27.976
Possível	674	121.534	-	868	115.366	-
<b>Total</b>	<b>1.212</b>	<b>150.637</b>	<b>29.103</b>	<b>2.062</b>	<b>143.342</b>	<b>27.976</b>

Os montantes de R\$ 29.103 (R\$ 27.976 em 2022), classificados como perda provável, R\$ 121.534 (R\$ 115.366 em 2022), classificados como perda possível, versam sobre ações nas quais os autores requerem a restituição de contribuições, indenização por dano moral, revisão contratual, cancelamento de descontos, pagamento de seguro, pecúlio e pensão sem cobertura ou contrato. Para estes casos, entendemos que a vitória judicial ainda é possível. Os processos com possibilidade de perda provável tratam de demandas (contendo os mesmos objetos das demandas cadastradas com risco possível) onde a Seguradora, avaliando as características da ação e o entendimento dos tribunais, julga que as possibilidades de vitória são remotas e, portanto, a provisão é reconhecida.

**Trabalhistas**

	2023			2022		
	Quanti-	Estima-	Conta-	Quanti-	Estima-	Conta-
<b>Possibilidade de perda</b>	<b>dade</b>	<b>do</b>	<b>bilizado</b>	<b>dade</b>	<b>do</b>	<b>bilizado</b>
Provável	7	2.849	2.849	28	1.157	1.157
Possível	4	768	-	9	1.456	-
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>3.617</b>	<b>2.849</b>	<b>37</b>	<b>2.613</b>	<b>1.157</b>

Os montantes de R\$ 2.849 (R\$ 1.157 em 2022), classificados como perda provável, e R\$ 768 (R\$ 1.456 em 2022), classificados como perda possível, referem-se a contingências em curso em diversas Varas da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais, que tratam pleitos de horas extraordinárias e equiparações salariais, que implicam em análise de caso a caso, não se aplicando jurisprudência, mas sim em decorrência dos elementos constantes das reclamações. Os processos com possibilidade de perda possível, conforme requerido no CPC 25, são apenas divulgados em nota explicativa e nenhuma provisão é reconhecida. **22. Aposentadorias e pensões:** O fundo de pensão fechado, o qual a Seguradora é patrocinadora, administra dois planos de benefício: **Benefício definido** - Os regimes financeiros adotados para determinação do custeio de plano, são de capitalização para as aposentadorias e pensões por morte e de repartição simples para os benefícios de auxílio-doença. Em 11 de outubro de 2017, conforme portaria PREVIC nº 986, foram aprovadas as alterações propostas ao Regulamento do Plano de Benefício FUCAP e o saldamento do Plano BD autorizado, gerando ajustes nas provisões matemáticas admitindo a manutenção do Plano Benefício para o saldamento e as alterações a serem implementadas a partir de 1º de janeiro de 2018, como por exemplo, a suspensão das contribuições dos participantes e dos patrocinadores. Os ativos do plano de benefício definido saldaado encontram-se aplicados em renda fixa, títulos de renda fixa e renda variável no montante de R\$ 273.311 (R\$ 265.066 em 2022). A posição patrimonial do plano é de R\$ 274.331 (R\$ 266.166 em 2022), apresentando superávit no período na ordem de R\$ 18.059 (R\$ 14.892 em 2022). As provisões matemáticas montaram em R\$ 254.643 (R\$ 249.489 em 2022), contemplando as reservas de benefícios concedidos no valor de R\$ 219.866 (R\$ 215.991 em 2022), benefícios a conceder no valor de R\$ 34.777 (R\$ 33.497 em 2022). **Contribuição definida** - A Capemisa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida cujo instituidor é a Associação Clube Salutar e a Administração é do Fundo de Pensão Capemisa - FUCAP. Os recursos financeiros acumulados ao longo da carreira profissional do participante, mediante o pagamento das suas próprias contribuições e as contribuições patronais na paridade de um para um, são investidos em fundos de renda fixa que cobrem integralmente as obrigações atuariais do plano. A contribuição da empresa foi na ordem de R\$ 4.305 (R\$ 3.521 em 2022). Os ativos do plano encontram-se aplicados em renda fixa, títulos de renda fixa e montam em R\$ 23.988 (R\$ 17.771 em 2022). A posição patrimonial do plano é de R\$ 24.105 (R\$ 17.918 em 2022). As provisões matemáticas montaram em R\$ 24.057 (R\$ 17.855 em 2022), contemplando as reservas de benefícios a conceder no valor de R\$ 24.057 (R\$ 17.855 em 2022) e o fundo administrativo de R\$ 47 (R\$ 64 em 2022).

**23. Patrimônio líquido: 23.1. Capital social:** O Capital Social da Seguradora é de R\$ 270.797 (R\$ 270.797 em 2022), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 638.362.669 (638.362.669 em 2022) ações ordinárias sem valor nominal e está assim composto: 638.362.669 (638.362.667 em 2022) ações para a acionista controladora Capemisa Holding S.A., 1 ação em 2022 para o acionista Instituto de Ação Social e 1 ação em 2022 para o acionista Associação Clube Salutar. **23.2. Reserva de lucros:** A reserva legal R\$ 4.482 (R\$ 3.831 em 2022) é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Seguradora até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com a Lei. O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as deduções legais, a constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, deverá constituir a reserva de investimento e capital de giro, que tem por finalidade assegurar investimentos no ativo permanente e acréscimo do capital de giro da Seguradora, podendo, inclusive, absorver prejuízos. **23.3. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas o recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório equivalente a 30% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado conforme legislação societária e estatuto social, e ainda, mediante proposta do Conselho de Administração, aprovada pela Assembleia Geral, a Seguradora poderá declarar dividendos à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço e a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, que serão compensados nos dividendos anuais. Os cálculos dos dividendos mínimos estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>89.644</b>	<b>76.596</b>
<b>Base para cálculo da reserva legal</b>	<b>89.644</b>	<b>76.596</b>
Constituição da reserva legal	4.482	3.831
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>85.162</b>	<b>72.765</b>
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	25.548	21.830
(-) Juros sobre capital próprio (*)	(25.072)	(24.512)
<b>Dividendos anuais propostos</b>	<b>476</b>	<b>-</b>

(\*) valores líquidos de imposto de renda, conforme ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos.

**24. Patrimônio líquido ajustado - PLA:** Apresentamos a posição do patrimônio líquido ajustado da Capemisa Seguradora em conformidade com a Resolução CNSP nº 432/2021 de 19 de novembro de 2021 e suas alterações:

	2023	2022
<b>Patrimônio líquido:</b>	<b>505.431</b>	<b>445.763</b>
<b>I- PLA nível 1</b>	<b>369.870</b>	<b>289.015</b>
<b>Ajustes contábeis</b>	<b>(120.677)</b>	<b>(116.583)</b>

Participação em sociedade financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(75.693)	(64.810)
Despesas antecipadas	(3.839)	(3.648)
Créditos tributários - prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	-	(8.924)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR (*)	(37.896)	(35.565)

Ativos intangíveis, considerando o ágio por expectativa de rentabilidade futura líquido da redução ao valor recuperável e das obrigações fiscais diferidas resultantes da diferença temporária associada	(3.249)	(3.636)
<b>II- PLA nível 2</b>	<b>25.666</b>	<b>41.060</b>
<b>Ajustes associados à variação dos valores econômicos</b>	<b>25.666</b>	<b>16.080</b>

Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.044	(24.980)
Redução no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados	(1.044)	-
Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	8.881	8.920
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	16.785	32.140
<b>III- PLA nível 3</b>	<b>14.884</b>	<b>15.185</b>

Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (*)	13.957	14.223
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado	927	962
<b>Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3</b>	<b>(927)</b>	<b>(8.834)</b>
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>	<b>409.493</b>	<b>336.426</b>

(\*) CMR - Capital Mínimo Requerido

	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Capemisa Holding S.A. (iv)	-	-	15.615	3.586	-	-	-	-
Capemisa Instituto de Ação Social (iv)	49	85	2.386	27.860	8	8	-	-
Capemisa Capitalização S.A. (i) (ii) (iii) (iv)	1.177	5.819	-	-	2.169	1.925	1.581	1.248
Associação Clube Salutar (iv) (v)	-	-	54	76	-	-	678	701
Remunerações do pessoal-chave da Administração (vi)	-	-	-	-	-	-	16.977	14.117

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir: (i) Compra de títulos de capitalização modalidade incentivo. O objetivo é ofertar aos clientes da Capemisa Seguradora um ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurado pela Capemisa Seguradora. Os valores relativos ao direito de resgate pela compra de títulos de capitalização são registrados no ativo de Títulos e créditos a receber da Seguradora. (ii) Reembolso de custos administrativos referente ao rateio de despesas comuns entre a Capemisa Capitalização e Capemisa Seguradora. Os custos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido no Instrumento Particular de Rateio de Custos e Despesas. (iii) Venda de seguros de vida em grupo com o objetivo de dar cobertura de vida para os colaboradores da Capemisa Capitalização. (iv) Destinação do lucro líquido por meio de dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP). (v) Valor referente a administração de apólice de seguros, cuja liquidação é efetuada mensalmente. (vi) Conforme determina o Estatuto Social, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração dos Administradores, referentes à remuneração e benefícios de curto e longo prazo. **27. Demonstrações dos resultados:** Detalhamos as rubricas das demonstrações dos resultados julgadas relevantes:

	2023	2022
<b>a - Sinistros Ocorridos</b>		
Despesas com benefícios	(79.069)	(91.117)
Indenizações avisadas	(30.320)	(32.774)
IBNR	6.868	(4.657)
Provisão matemática de benefícios concedidos	(3.187)	(2.580)
Despesas de sinistros	133	4
IBNR PDR	101	29
	<b>(105.474)</b>	<b>(131.095)</b>

	2023	2022
<b>b - Custo de Aquisição</b>		
Comissões	(37.752)	(30.884)
Despesas com administração de apólices	(4.384)	(3.074)
Outras	(1.299)	(525)
	<b>(43.435)</b>	<b>(34.483)</b>

	2023	2022
<b>c - Outras Receitas e Despesas Operacionais</b>		
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Outras receitas operacionais de seguros	344	689
Reversão (Provisão) de ajuste ao valor de realização de obrigações	(69)	64
	<b>275</b>	<b>753</b>

	2023	2022
<b>Previdência</b>		
Outras receitas operacionais de previdência	76	108
	<b>76</b>	<b>108</b>
	<b>351</b>	<b>861</b>

	2023	2022
<b>Outras despesas operacionais Seguros</b>		
Administração de apólices	(25.348)	(28.467)
Despesas operacionais de seguros	(12.372)	(12.315)
Provisões cíveis	(190)	(247)
Outras despesas	(3.581)	(2.356)
Reversão de redução ao valor recuperável de títulos e créditos a receber	69	53
	<b>(41.422)</b>	<b>(43.332)</b>

	2023	2022
<b>Previdência</b>		
Provisões cíveis	(5.592)	(5.395)
Outras despesas operacionais de previdência	(2.873)	(2.965)
	<b>(8.465)</b>	<b>(8.360)</b>
	<b>(2.689)</b>	<b>(9.067)</b>
	<b>(50.111)</b>	<b>(52.399)</b>
	<b>(49.760)</b>	<b>(51.538)</b>

	2023	2022
<b>d - Despesas Administrativas</b>		
Pessoal e encargos	(87.889)	(79.107)
Serviços de terceiros	(25.469)	(22.488)
Localização e funcionamento	(11.921)	(11.362)
Donativos e contribuições	(4.648)	(4.694)
Publicidade e propaganda	(3.848)	(3.294)
Outras	(3.532)	(1.810)
	<b>(137.307)</b>	<b>(122.755)</b>

	2023	2022
<b>e - Despesas com tributos</b>		
PIS e COFINS	(14.917)	(14.020)
Taxa de fiscalização	(1.546)	(1.195)
Impostos	(66)	(240)
	<b>(16.529)</b>	<b>(15.455)</b>

	2023	2022
<b>f - Resultado financeiro</b>		
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda fixa	104.934	109.524
Assistência financeira	34.928	32.035
Atualização monetária depósitos judiciais	9.637	8.527
Juros de créditos tributários	3.261	236
Eventuais	87	357
	<b>152.847</b>	<b>150.679</b>

	2023	2022
<b>25. Adequação de capital</b>		
Capital base (a)	8.100	8.100
Capital de risco (b)	93.044	94.823
CR subscrição (i)	61.901	64.532
CR crédito (ii)	27.041	26.413
CR operacional (iii)	1.058	1.015
CR mercado (iv)	29.908	29.708
Patrimônio líquido ajustado	409.493	336.426
Capital mínimo requerido (v) - CMR maior entre (a) e (b)	93.044	94.823
<b>Suficiência de capital - R\$</b>	<b>316.449</b>	<b>241.603</b>

(a) A Resolução CNSP nº 432/2021 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõem que o Capital Base é o montante fixo de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo; (b) A Resolução CNSP nº 432/2021 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõem que Capital de Risco é o montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação; (i) A Resolução CNSP nº 432/2021 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõem sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco de subscrição das operações de seguro e previdência complementar realizadas pelas sociedades seguradoras e entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. (ii) A Resolução CNSP nº 432/2021 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõem sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. (iii) A Resolução CNSP nº 432/2021 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõem sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco operacional das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. (iv) A Resolução CNSP nº 432/2021 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõem sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de mercado das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. (v) A Resolução CNSP nº 432/2021 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõem sobre o capital mínimo requerido (CMR) para autorização e funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência das sociedades seguradoras, das entidades abertas de previdência complementar, das sociedades de capitalização e dos resseguradores locais. Capital Mínimo Requerido (CMR) é o capital total que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco. **26. Transações com partes relacionadas:** A Seguradora possui operações com partes relacionadas, realizadas em condições compatíveis com as de mercado. Os saldos decorrentes de tais transações estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
<b>Despesas financeiras</b>		
Provisões técnicas	(57.762)	(64.791)
Provisões cíveis, trabalhistas e tributárias	(11.087)	

continuação

CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A  
CNPJ: 08.602.745/0001-32

## PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A.** - Rio de Janeiro - RJ. **Escopo da auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A., em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Auditoria Atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuariário independente da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A., como previsto no Pronunciamento aplicável à Auditoria Atuarial Independente. **Responsabilidade da administração:** A Administração da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa Auditoria Atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a Auditoria Atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma Auditoria Atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos

de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera que os controles internos da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de Auditoria Atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de Auditoria Atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A. e utilizadas em nossa Auditoria Atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da Auditoria Atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2024

Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda.  
CNPJ nº 33.950.548/0001-51 - CIBA nº 161Elmo Henrique de Moraes  
Atuariário MIBA 2040

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.** - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.** ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.** ("Seguradora") em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras." Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos determinados pelo Órgão como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução

de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2024

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes  
CRC-RJ 005.333/O-0  
Paulo Buzzi Filho  
Contador - CRC-RJ 071138/O-5

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/FAE4-8987-C52F-0A76> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FAE4-8987-C52F-0A76



### Hash do Documento

87AB1EE452415B5DEAC9ED37F1DC760B5F312103A4E8D71DF5345973E5D2A76A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/02/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - \*\*\*.729.427-\*\* em 27/02/2024 02:20  
UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -  
33.270.067/0001-03

